PORTAL CNJ DE BOAS PRÁTICAS DO PODER JUDICIÁRIO

“Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas”

WELLINGTON MAGALHAES

Kathiene Pimentel Da Silva Dourival Alves dos Reis Filho elisandra Bega juliana Marques Dos Santos Bringel

Descrição Resumida da Prática:

O projeto visa construir instrumentos de efetivação plena dos direitos de cidadania dos povos indígenas, amparados pela Constituição Federal de 1988, quando estabelece a cidadania como fundamento do Estado Democrático de Direito, e constitui objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. É também objetivo promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Aos povos indígenas são reconhecidas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições(art. 231, da CF/88).

Prática

A prática sociopolítica visa construir instrumentos de efetivação plena dos direitos de cidadania dos povos indígenas, amparados pela Constituição Federal de 1988, quando estabelece a cidadania como fundamento do Estado Democrático de Direito. Um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Aos povos indígenas são reconhecidas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (art. 231, da CF/88).

Com os resultados alcançados em 2018 no projeto voltado aos indígenas, o TRE-TO estabeleceu que torna-se programa permanente. Para 2019, o projeto se desenvolverá em três fases: 1ª: visitas às comunidades indígenas, com dinâmicas divididas em 3 (três) momentos: Palestras com mesa redonda, metodologia com interação entre o sujeito e o objeto de conhecimento e votação simulada na urna eletrônica; 2ª: reunião pleiteada pela comunidade Xerente, em parceria com a FUNAI, no intuito de encontrar soluções, a partir das dificuldades listadas pelas comunidades daquela região e dos problemas enfrentados pelos órgãos governamentais; 3ª: promoção de evento em parceria com a FUNAI, e com a participação de Juízes de Zonas Eleitorais que possuem aldeias indígenas e, especialmente, participação das lideranças indígenas, em formato de Workshop, com objetivo de promover diálogo intercultural compreendendo os problemas que dificultam o exercício pleno da cidadania por parte dos povos indígenas e criar soluções. A participação de algumas instituições é indispensável como representantes do MPF, MPE, SEDUC, SSP, DPU, DPE, das Polícias Federal e Civil, do Exército e da PM do Tocantins. A dinâmica dos trabalhos divide-se em três momentos: exposição, discussão em grupos e conclusão.

Contato Público

63984047770

A prática tem premiação?

Não

Tribunal

Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins

Estado

TO

O idealizador da prática é o Magistrado responsável?

Sim

A prática tem conexão com os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas - ODS?

Sim

ODS

ODS 10. Redução da Desigualdades

Unidade/Seção do Órgão

Escola Judiciária Eleitoral do Tocantins

Há atos normativos que regulamentam a prática?

Sim

Quais?

A Resolução/TRE-TO n.º 444, de 29 de abril de 2019 , alterada pela Resolução TRE/TO n.º 506/2021, instituiu no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, os seguintes programas permanentes coordenados pela Escola Judiciária Eleitoral Ministro Humberto Gomes de Barros (EJE-TO): I - Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas; II - Agentes da Democracia Formação de Eleitores e Políticos do Futuro; III - Inclusão Política da Mulher: +Mulher + Democracia; e IV - Inclusão Sociopolítica das Comunidades Quilombolas.

Data de Implantação

24/10/2017

Identificação do Problema

As comunidades indígenas desconheciam o processo eleitoral, então foi criado o programa permanente para promover os debates com ações de educação política nas aldeias.

Palavras Chave

Processo Eleitoral

Beneficiários

Comunidade Indígena

Abrangência

Nas aldeias com local de votação no Estado Tocantins.

Parceiros

FUNAI, SEDUC, Defensoria Publica, Secretaria de Segurança Publica, UFT, UFNT, ESMAT, Exército brasileiro

Metodologia (Passo a Passo)

A primeira fase consiste em realizar oficinas para os servidores que integrarão as ações do Programa e que atuam em Zonas Eleitorais com aldeias indígenas em suas jurisdições. Esta ação permitirá que os servidores entendam a realidade destes cidadãos e evitem falhas na comunicação com este público. A segunda fase compõe-se em realizar visitas presenciais em ano não eleitoral, em pelo menos uma aldeia de maior representatividade, nas seguintes regiões: 5ª ZE - Miracema (Etnia Xerente) 9ª ZE - Tocantinópolis (Etnia Apinajé) 11ª ZE - Itaguatins (Etnia Apinajé) 13ª ZE - Cristalândia (Etnia Karajá) 15ª ZE - Formoso do Araguaia (Etnia Javaé) 32ª ZE - Goiatins (Etnia Krahô) 33ªZE - Itacajá (Etnia Krahô) A terceira fase compreende na realização de oficina de debates em ano eleitoral, em torno dos resultados, feedback's e percepções das ações do projeto executadas nas comunidades indígenas em 2018, 2020 e 2022. Esta fase é precedida de visita as aldeias indígenas para mobilização das lideranças indígenas para participar do evento em Palmas , para a realização da "REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO POLÍTICA NAS COMUNIDADES INDÍGENAS".

Resultados e benefícios alcançados

A prática está alinhada ao planejamento estratégico do Tribunal Regional Eleitoral que contribui para o alcance da perspectiva da “Garantia dos Direitos de Cidadania” que visa no plano concreto, fortalecer a democracia. - A ação promover itinerante nas aldeias, tem como finalidade levar os serviços da justiça eleitoral às comunidades indígenas, ação monitorada pelo INDICADOR 2: Acesso à Justiça Eleitoral do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, que mensura a razão entre municípios atendidos pela Justiça Eleitoral (onde a justiça chega de alguma forma, seja ele por justiça itinerante ou estrutura física presente); - As ações para realizar encontros de educação política nas comunidades Indígenas e confeccionar e distribuir cartilha bilíngue, visam promover o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão que contribui para o alcance do INDICADOR 4.2 - Responsabilidade social do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, que mede o número de pessoas beneficiadas com ações que contribuam para o fortalecimento da

educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão. - Palestras de Educação Política; - Além disso, a representatividade dos povos indígenas na política vem enfraquecendo ao longo dos anos, conforme se evidencia pela quantidade de candidatos a cargos eletivos, bem como sua inexpressiva votação nas urnas. Essa prática pretende, além de promover as informações necessárias e em linguagem acessível às diferentes culturas indígenas, promover uma educação política adequada, com vistas a dar voz aos povos que não se sentem representados pelo poder público. Quantidade de representantes indígenas em cargos eletivos.

Recursos Utilizados

o custo será de, aproximadamente, R$ 190.000,00 com todas as etapas do projeto (gastos com diárias, transportes, confecção de materiais educativos e de expedientes, confecção de camisetas).

Dificuldades Encontradas

Promover o deslocamento das lideranças indígenas de suas comunidades até a sede do Tribunal Regional Eleitoral, percorrendo em alguns casos cerca de 900 Km em vias pavimentadas e não pavimentadas. - Promover o diálogo entre culturas indígenas diversas, em alguns casos até rivais. - Romper com as barreiras do preconceito entre os indígenas e os não indígenas.

Lições Aprendidas

O envolvimento das 7 etnias existentes no estado (Krahô, Xerente, Apinajé, Karajá, Javaé, Krahô-Canela e Xambioá), assim como de 34 líderes indígenas, representantes de 17 aldeias. Também o envolvimento de 8 Juízes Eleitorais, servidores da Justiça Eleitoral, dos parceiros Institucionais Congresso Nacional, do Ministério Público Federal e Estadual, da Defensoria Estadual, das Polícias Militar e Civil do Tocantins, do Exército Brasileiro, da FUNAI, Secretaria de Segurança Pública e da Educação do Tocantins e Universidade Federal do Tocantins. A elaboração de um plano de ação a partir da percepção das comunidades indígenas, que apresentaram as dificuldades de efetivação e acesso aos direitos de cidadania, bem como a sugestões de melhorias pertinentes. Nas visitas às aldeias, registrou-se um momento histórico para o Tocantins. Após anos de luta, a etnia Ãwa conquistou o resgate da sua identidade, com os nomes na certidão de nascimento, escrito na linguagem materna deles.